

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA GERÊNCIA-EXECUTIVA DO INSS EM PIRACICABA

Data: 06/03/2013

Horário: 8h30

Local: Sala de Reuniões da Gerência Executiva

I – PRESENCAS CONSELHEIROS

Representantes do Governo

Eliana Soares Bueno – Gerência Executiva – Presidenta

Clarêncio Vitti – Serviço de Benefícios – Serviço de Benefícios - Suplente

Lawrence Theofilo Santos de Oliveira – APS Piracicaba – Suplente

Marina Modesti Rezende Costa – Serviço Social – Gex Piracicaba – Suplente

Representantes dos Trabalhadores

Gilberto Ferreira de Camargo – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros de Limeira e Iracemópolis – Titular

Olivia Brossi – Conselho das Entidades Sindicais de Piracicaba – Titular

Aparecida de Jesus Pino Camargo – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piracicaba e Saltinho - Suplente

Representantes dos aposentados e pensionistas

Representantes dos empregadores

Leila Aparecida Silveira Leite - Associação Comercial e Industrial de Piracicaba– Acipi – Suplente

CONVIDADOS

Angela M. M. Rodrigues – Proteção dos moradores Limeira

Ivanice da Silveira Santos – Sindicato dos Bancários de Limeira

Pedro Luís Totti – Seção de Atendimento – INSS

José Jair Azzi – Associação dos Aposentados e Pensionistas de Piracicaba e Região - Eclética

II - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Aline Bueno Travaioli – APS ADJ – INSS - Titular

Eclea Spiridião Bravo – Seção de Saúde do Trabalhador – INSS – titular

João Carlos da Silva - Associação dos Aposentados e Pensionistas de Piracicaba e Região Eclética – Titular

Annie Betune Ramalhão – Unidade Técnica de Reabilitação Profissional – GEX Piracicaba - Suplente

Angela Maria Rondan Rodrigues - Associação dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos de Limeira– Titular

Silvanete Borges Neves Rissato – Sindicato Rural de Piracicaba e Região – Titular

Sílvia Ester Barbosa Cordasso - Associação dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos de Limeira– Suplente

João Bailarin Gonçalves – Associação dos Aposentados e Pensionistas de Piracicaba e Região Eclética – Suplente

III – AUSÊNCIAS NÃO JUSTIFICADAS

Antônio Eduardo Francisco - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo Diretoria de Limeira – Titular

Nilceu Bemvindo Maciel – Receita Federal do Brasil - Titular

IV – ABERTURA

Eliana Soares Bueno, presidenta, após confirmada a existência de quorum, às 8h30, declarou aberta a 77ª Reunião Ordinária.

V – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

A ata da LXXVI da reunião deste CPS, ocorrida em 25 de Fevereiro de 2013, enviada previamente por email para todos os conselheiros e com um adendo do Sindicato dos Bancários de Limeira, foi aprovada. Também foram aprovadas as Moções nº 33,34,35, estas sem restrições.

VI – APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA

1- Leitura dos documentos aprovados.

2- Informes Gerais

VII – ORDEM DO DIA

1- Leitura dos documentos aprovados

Conselheiro Gilberto e a convidada Ivanice retomam a discussão sobre “a publicação das Instruções Normativas nº 64 e nº 65 que alteraram alguns pontos da IN nº45/2010 (que trata, entre outros, de questões fundamentais quanto ao reconhecimento, manutenção e revisão de direitos beneficiários). Em resumo, foram alteradas as regras para os benefícios por incapacidade. O documento trata de questões como recursos, prazos e regras para solicitação do Pedido de Reconsideração e ajusta alguns outros itens para atender às peculiaridades inerentes aos sistemas usados pelo INSS para operacionalizar a concessão dos benefícios por incapacidade. A principal mudança determinada por meio da IN nº 64, emitida dia 01 de fevereiro, foi que o segurado somente poderá realizar novo requerimento de benefício por incapacidade após 30 dias

da realização do primeiro exame ou da data do fim do benefício. A mudança ocorreu porque os segurados que haviam passado pela primeira perícia, mas não tinham o benefício concedido, agendavam nova perícia em outras APS (Agência da Previdência Social). Segundo levantamento do governo, 23% da demanda de perícia inicial corresponde a agendamentos realizados pela segunda, terceira ou quarta vez pela mesma pessoa. O objetivo é ampliar o atendimento aos segurados que ainda não passaram pela perícia médica inicial. No caso do fim do benefício, o segurado deve ser orientado da possibilidade de requerer, conforme o caso, pedido de prorrogação, pedido de reconsideração (PR) e pedido de recurso à junta de recursos do conselho de recursos da previdência social. Outra alteração é a possibilidade de o Pedido de Reconsideração ser realizado por qualquer perito médico, inclusive o mesmo perito médico que realizou a avaliação anterior - o que não era possível pelas regras anteriores". Eles opinam sobre o retrocesso imposto com essas medidas com o argumento que se o perito negou uma vez ele não irá mudar a sua opinião em uma segunda vez.

O trabalhador, sem poder retornar ao trabalho, com seu benefício negado, entrará com um pedido de recurso, e esta situação todos já viveram em 2003, porque depois a maioria desses recursos tem perda de objeto, conforme lembra Eliana.

Ela destaca que estas medidas foram necessárias devido a falta de peritos para realização dos PR, devido ao impedimento normativo anterior para realização de perícia pelo mesmo perito. Ao analisar o montante de servidores que saiu em contrapartida com aqueles que chegaram, há um equilíbrio, entre o número de servidores, mas não nas categorias, cuja maior prejudicada vem sendo a de peritos. Acontece que a demanda aumentou muito e com o grande número de servidores que estão aposentando, não há como evitar esses impactos de falta de servidor x aumento da procura. Ela lembra que a abertura das 5 Agências do Plano de Expansão (PEX), precisou de remanejamento de servidores das outras APS, inclusive com deslocamento de peritos para essas Agências, para atender as demandas de perícia, pois não houve preenchimento do total de vagas necessárias por concurso.

O convidado Pedro Totti explica que não houve participação da base na elaboração dessas instruções normativas. Ele fala sobre a necessidade das entidades começarem a fazer pressão, iniciando com conversas sobre o tema, dentro das centrais. Depois, pedir audiências com a Superintendente, para falar dessa situação. Essa preocupação sobre a perícia deve chegar aos dirigentes do INSS em Brasília.

Eliana esclarece que quando se fala em gerentes preocupados com o plano de ação, que é fundamentado nas metas de um atendimento de excelência aos cidadãos, fala-se justamente da busca por um melhor atendimento, evitando esperas muito longas, garantindo uma resposta rápida ao pedido do segurado.

Aprovada moção nº 36 em Repúdio às Instruções Normativas nº 64 e nº 65 que alteraram alguns pontos da IN nº 45/2010 (que trata, entre outros, de questões fundamentais quanto ao reconhecimento, manutenção e revisão de direitos beneficiários), incluindo tudo o que foi levantado como situação crítica nesta reunião.

2- Informes gerais

O primeiro informe é sobre o acesso ao informe de rendimentos no site da Previdência. A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) comunica que o serviço de Informe de Rendimentos 2012, disponível na página da Previdência Social na internet, apresentou instabilidade afetando a disponibilização do extrato para o imposto de renda aos beneficiários e segurados do INSS. De acordo com a Empresa, as causas que ocasionaram a falha foram identificadas e o serviço estabilizado. Os técnicos trabalham agora na ampliação da capacidade de processamento do sistema para que a emissão dos comprovantes seja agilizada. A Dataprev emitiu nota à imprensa informando a ocorrência e a Central 135 orientará os segurados que não conseguiram emitir seus comprovantes a não procurarem as unidades de atendimento. O conselheiro Vitti faz a ressalva para o caso do beneficiário do INSS perceber alguma inconsistência no seu informe (valor do 13º diferente, por exemplo) que ele deve se dirigir a APS e solicitar retificação do informe de rendimentos.

Os segundos informes tratam mais sobre o andamento interno dos serviços. No caso da publicação do Manual de Monitoramento Operacional de Benefícios, é uma conquista na padronização dos procedimentos, porque ele visa propiciar uma cultura de controle interno para apuração de indícios de irregularidades. A construção deste manual contou com a ajuda da

servidora da Gerência Executiva e conselheira Aline Bueno Travaoli. Também da nossa gerência, o chefe da Seção de Atendimento, Sérgio Yamanaka Junior, participa do grupo de trabalho que elabora o projeto “Conhecer para Melhorar” da Direção Central/DF, cujo objetivo geral é “estruturar e prever as ações necessárias para o fortalecimento e desenvolvimento de todos os servidores lotados na Dirat, Divat, Serat e Seat, bem como ampliar o domínio dos conhecimentos e procedimentos afetos à área”. Os resultados obtidos com esse projeto preveem uma equipe responsável pelo atendimento, dentro das Gerências, mais coesa, unida e com uma boa imagem interna, impactando de forma positiva no atendimento aos segurados nas APS.

Como terceiro informe, Vitti fala sobre a validação das contribuições de facultativo de baixa renda (alíquota de 5%) que serão feitas pelas gerências-executivas, no serviço de benefícios, especificamente, na Seção de Administração de Informações dos Segurados (Sais). A Diretoria de Benefícios expediu o Memorando-Circular nº 4 para informar que foi descentralizada a validação das contribuições como contribuinte facultativo de baixa renda das superintendências regionais para as gerências-executivas. O motivo da medida é a necessidade de monitorar e acelerar a validação manual dos recolhimentos do contribuinte facultativo de baixa renda, até que a validação automática seja disponibilizada pela Empresa de Tecnologia da Previdência Social (Dataprev). Para efetuar a validação, cada chefe do Setor de Administração de Informações de Segurados (SAIS) foi cadastrado à ferramenta desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento (MDS) para consulta por Nome/Número de Identificação Social (NIS)/CPF, seleção e extração de Informações do Cadastro Único (CECAD). Para acesso ao sistema, o servidor deve entrar na página do CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico), se cadastrar e criar uma senha de acesso. Assim, a partir do dia 04 de março/2013, as agências da Previdência Social devem encaminhar os pedidos de validação, exclusivamente, para o endereço eletrônico da sua gerência que cuida dessa matéria. A Dirben lembra ainda que os pedidos de validação das contribuições do contribuinte facultativo de baixa renda devem ser feitos por meio de formulário, com todos os dados preenchidos.

Eliana relata como foi a reunião da semana passada na superintendência, na qual houve a oportunidade de falar sobre todos os problemas enfrentados nas APS para a Direção Central. O presidente falou que a casa chegou ao seu limite máximo, avaliando-se os recursos atuais, então há uma grande preocupação em modificar a estrutura, para melhorar a capacidade de alcance de novas metas. Na conversa com a superintendente, foram obtidas duas vagas de analista para a Gerência Piracicaba, a serem ainda analisadas pela Diretoria da Gestão de Pessoas (DGP/DF), neste concurso aprovado pelo Ministério do Planejamento, no qual foram destinadas 70 vagas para todo o estado de São Paulo.

VIII – DEFINIÇÃO DA PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO 24/ 4/2013

Os informes das reuniões serão encaminhados no dia anterior da sua realização para um conhecimento prévio sobre o assunto pelos conselheiros.

IX – OUTROS ASSUNTOS

X – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a presidenta do plenário e deste Conselho às 9h30, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a LXXVII reunião ordinária do Conselho de Previdência Social de Piracicaba. Para constar, eu, servidora do INSS, Mônica de Oliveira Pasini, lavrei esta ata.

Piracicaba, 06 de Março de 2013.

Eliana Soares Bueno
Presidenta do CPS